

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 29 de junho de 2001

Ano 3 Nº 64

Presidente avalia atividades do primeiro semestre

(foto Solon Soares)

A pesar de algumas dificuldades iniciais, como a eleição da nova Mesa Diretora, a Assembléia neste primeiro semestre cumpriu zelosamente com o seu dever, apreciando e aprovando nada menos do que 677 proposições, sendo muitas delas projetos importantes para o desenvolvimento do Estado. Esta foi a avaliação feita pelo presidente do Poder, deputado Onofre Santo Agostini (PFL), durante entrevista coletiva à imprensa nessa quinta-feira (28).

Das 677 proposições aprovadas, 180 foram projetos de lei de origem parlamentar, governamental e do Tribunal de Justiça; cinco projetos de resolução; 28 projetos de decreto legislativo; uma medida provisória; seis projetos de lei complementar; 282 requerimentos; 75 pedidos de informação; 43 moções e 57 ofícios. Apenas duas matérias que estavam na ordem do dia não foram



Presidente Onofre em coletiva

votadas: as contas do Governo relativas ao ano de 1999 e um projeto de resolução criando cargos de assessoria.

Entre os principais projetos apreciados e aprovados pela Assembléia, o presidente Onofre Agostini destacou o do BID 4 e o

que autoriza o Governo a conceder a reposição salarial do funcionalismo público. Ainda foram mencionados os projetos que criam os conselhos de Gestão Fiscal e da Educação Profissional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que institui o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Víti-

mas de Violência e a Testemunhas Ameaçadas, o que torna obrigatório a realização do teste de acuidade visual e do diagnóstico precoce de deficiência auditiva nas escolas e a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente.

Aprovados reajuste aos servidores estaduais, LDO e BID IV

Governamentais

Entre os projetos do governo deliberados nesta semana, destaque para o que aprovou aumento de 18% para os servidores dos três Poderes do Estado, para repor as perdas salariais relativas ao período de 1º de janeiro de 1999 a 30 de junho de 2001.

O projeto apenas previa reajuste para o Executivo, mas o presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL) atendendo reivindicação do Presidente do Tribunal de Justiça, apresentou emenda ao projeto estendendo tanto ao Judiciário quanto ao Legislativo os efeitos da lei.

De acordo com o projeto, a reposição será efetuada de forma gradual no período de dez meses, a partir do mês de setembro, fixados pelo Poder Executivo,

com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Ao término do prazo fixado, será apurada uma eventual diferença de perdas salariais verificadas a partir de 1º de julho de 2001.

Empréstimo do BID IV - O plenário aprovou em regime de urgência projeto do governo que solicita autorização para contratação de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de 150 milhões de dólares.

Orçado em 300 milhões de dólares, o Programa BID IV terá a participação financeira de 50% do governo do Estado com prazo de execução de cinco anos. Compõem o programa a pavimentação de 500 km e a restauração de 850 km das rodovias estaduais já existentes além de atender outros tantos pontos críticos relativos à segurança rodoviária.

LDO - Matéria fundamental para que o Executivo possa enviar o Orçamento 2002 para a Assembléia, os parlamentares aprovaram com o texto original o Projeto de Lei nº 106/01, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2002, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Contas do Governo/98 - Apesar da maioria da bancada governista se retirar do Plenário para não dar quórum à votação, 21 parlamentares permaneceram em plenário e aprovaram as contas do governo estadual referentes a 1998, último ano de mandato do governador Paulo Afonso Vieira.

Na sequência, foi a vez da oposição sair do Plenário e não permitir a deliberação das contas do Executivo referentes a 1999, período inaugural do governo de Esperidião Amin. Esta matéria volta a ser apreciada no mês de agosto. As duas prestações de contas receberam a aprovação, com restrições, do Tribunal de Contas.

OPINIÃO

Números alarmantes do alcoolismo



Nessa segunda-feira, a Assembléia Legislativa encerrou mais uma programação da Semana Estadual Antidrogas. Durante o período, de 18 a 25 de junho, foram realizados dois eventos como parte do trabalho de conscientização e prevenção ao uso desses elementos químicos. Um mal que atinge todos os segmentos da sociedade, independente do nível social, de escolaridade ou idade.

Na audiência pública que sugerimos, logo na abertura dos trabalhos, tivemos a oportunidade de discutir o anteprojeto de lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos ao longo das rodovias federais e estaduais em Santa Catarina. Os números são alarmantes. Em nosso Estado, no ano passado, ocorreram 16.367 acidentes rodoviários, sendo que em cerca de 800 os motoristas estavam alcoolizados e, destes, 650 resultaram em mortes.

Uma pesquisa realizada em cinco capitais brasileiras aponta que 45% dos jovens, entre 13 e 19 anos, envolvidos em acidentes de trânsito havia ingerido bebida alcoólica. O alcoolismo é a terceira doença que mais mata

no mundo e o uso abusivo do álcool tem causado doenças físicas e psíquicas, muitas delas incuráveis.

Hoje, cerca de 15% da população brasileira é alcoólatra, sendo que a média em outros países gira em torno de 12%. É importante salientar que o país gasta 7,3% do seu Produto Interno Bruto (PIB) anual, em tratamentos relacionados ao consumo de álcool, enquanto arrecada apenas 3,5% com produção e comercialização de bebidas alcoólicas. Portanto, gasta o dobro do que arrecada para tratar dos pacientes que ingerem demasiadamente essas bebidas.

Considerando que o Brasil é o quinto maior produtor de cerveja do mundo e o maior produtor de cachaça, é tempo de se pensar um pouco sobre o assunto. A cada dia que passa venho recebendo manifestações de apoio ao anteprojeto de lei que está em discussão neste Poder sobre a proibição ou não da venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos ao longo das rodovias. Proibir? Conscientizar? Eis a questão. Reuna os amigos, a família e discuta o assunto. Se puder, manifeste sua opinião, pois a questão está livre e aberta para receber críticas e sugestões.

Deputado Adelor Vieira (PMDB)

SC e o "governo eletrônico"



Durante as duas guerras mundiais foram utilizados sistemas de informática analógicos, primeiro mecânicos e mais tarde elétricos, para prever a trajetória dos torpedos e para maneio à distância das bombas na aviação. Durante a 1ª Guerra Mundial criou-se o primeiro computador digital totalmente eletrônico: o "Colossus", utilizado para decodificar as mensagens de rádio dos alemães.

No final da década de 50 o uso do transistor nos computadores marcou o advento de elementos lógicos menores, mais rápidos e versáteis que as máquinas com válvulas.

Nasciam aí os computadores de segunda geração. Aparece também, nessa década, o circuito integrado que possibilitou a fabricação de vários transistores em um substrato de silício.

Só na década de 70 o microprocessador tornou-se realidade. Esses desenvolvimentos tecnológicos na minituarização transformaram os computadores em algo próximo, pessoal e móvel. A passagem para a tecnologia digital eliminou as barreiras entre a difusão, as publicações e o telefone ao fazer com que todos esses meios estivessem acessíveis graças aos programas de computador e das televisões.

Nas duas últimas décadas a redução dos tempos de transmissão de informação à distância e de acesso a ela foi um dos desafios da nossa sociedade. A constante mudança das novas tecnologias tem produzido efeitos significativos na forma de vida, trabalho e modo de entender o mundo das pessoas. O uso das tecnologias de comunicação está

aumentando e incidindo sobre a maior parte das áreas de conhecimento.

Decorrem daí as redes de informática, cada vez mais importantes no desenvolvimento da tecnologia dos computadores. A rede pública Internet é uma rede planetária e um dos mais importantes e revolucionários desenvolvimentos da história da humanidade. Com o advento da Internet, os governos começam a ingressar no novo mundo digital.

Hoje, o Governo Federal possui mais de 4000 sites governamentais na Internet, prestando informações aos cidadãos. Vale registrar, como exemplos, que o Governo de São Paulo investe milhões de reais na informatização digitalizada, o mesmo fazendo instituições como a Caixa Econômica Federal. Alguns estados criaram escritórios que concentram postos de atendimento de diversos órgãos em um só local.

É urgente que seja adotado por todos os governos estaduais o "governo eletrônico", para que o cidadão catarinense possa usufruir de todos os serviços possíveis para a melhoria da sua qualidade de vida. É urgente que o Governo atue junto ao cidadão para melhorar a sua própria gestão interna e a integração de parceiros e fornecedores, bem como, deve dar o exemplo para a sociedade na utilização de documentos eletrônicos e novas aplicações de suporte aos processos de trabalho.

Se adotar a entrada no "governo eletrônico", Santa Catarina poderá, em curto espaço de tempo, dispor de serviços semelhantes aos prestados por outros governos e inserir na educação do nosso Estado, rapidamente, essa revolução tecnológica, para não termos, além das barreiras sociais existentes, a barreira da informação, que poderá causar maiores danos do que os que conhecemos hoje.

Deputado Lício Mauro da Silveira (PPB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Agrolândia estréia no projeto Retratos de SC

O Projeto Retratos de Santa Catarina, concebido pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), traz à Capital o município de Agrolândia, que está apresentando sua história e suas potencialidades econômicas na Galeria de Arte a partir dessa segunda-feira 26. Na abertura houve apresentação de grupos

artísticos e coquetel com gastronomia típica.

Com uma população de 7.611 habitantes, Agrolândia tem na agropecuária sua referência econômica, com destaque para a produção de milho e arroz irrigado, dentre outras culturas, além de hortigranjeiros. A indústria e o comércio também contribuem fortemente para fortalecer a economia do município.

Integrada ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo, a cidade oferece belezas naturais, que os administradores souberam aproveitar e transformar em atraíveis pontos turísticos, como os três parques aquáticos denominados Toca do Tigre, Corpo Dourado e Sítio

Aquático Becker, que tem como diferencial o Vale das Artes, um pequeno vale com duas cachoeiras. O toque especial fica por conta da trilha de acesso para as quedas d'água, ladeada por um paredão de pedra esculpido, com imagens de esfinges e animais, pelo artista plástico Volnei Becker.

Três festas típicas movimentam o município todos os anos. A *Festa da Colheita* com exposição da produção agrícola e industrial, a *Festa do Suíno Light* e as *Festas de Tiro*, consideradas as mais tradicionais porque apresentam marchinhas e desfiles típicos, que acontecem desde a colonização. Na exposição, além das esculturas de Volnei Becker, estão expostas telas de artistas locais, artesanato e fotos antigas que registram a história e mantêm viva a tradição.

Retorno - O projeto fica suspenso durante o recesso parlamentar, sendo retomado a partir de 1º de agosto, com exposição do município de Joaçaba. Para o dia 14/07 está marcada a abertura da mostra de Joinville, que promete ser um grande evento cultural.



Abertura da Mostra

Recursos para Apaes

As Apaes de Papanduva, Videira, Joaçaba e Major Vieira receberam na última semana R\$ 10 mil, cada uma, do Governo do Estado. As reivindicações são resultado de trabalho do presidente Agostini, que conseguiu também R\$ 5 mil para cada uma das Apaes dos municípios de Otacílio Costa, Campo Belo do Sul e Timbó Grande.

O parlamentar, grande defensor dos excepcionais, lembra que o trabalho das Apaes Catarinenses é considerado o melhor da América do Sul e o segundo melhor do mundo.

Vale lembrar que foi um projeto de lei do deputado Onofre que deu origem à lei que obriga a aplicação de 8% dos recursos destinados para educação, em educação especial.

O Parlamentar conseguiu também a liberação de R\$ 7 mil para o Hospital Nossa Senhora do Patrocínio de Campo Belo do Sul e R\$ 5 mil reais para o Sindicato Rural de Campos Novos.

Homenagem à Antonieta de Barros

O centenário de nascimento da primeira deputada catarinense, a professora e escritora Antonieta de Barros, será comemorado na Assembléia em Sessão Solene, solicitada pela deputada Ideli Salvati (PT), no próximo dia 11, às 19 horas.

Durante a sessão 64 mulheres e 11 instituições do Estado, indicadas pelos parlamentares, que prestaram ou prestam relevantes serviços em defesa dos direitos da mulher, receberão medalha de honra ao mérito.

Segundo o presidente Onofre Agostini (PFL), "a atuação correta e exemplar da primeira representante feminina engrandeceu o Parlamento, à época, e será sempre motivo de orgulho de todos os catarinenses".

Sessão Especial

Invasões de propriedade e demarcação de áreas indígenas em municípios da região Oeste do Estado estarão em debate no próximo dia 6 de agosto, em Sessão Especial no Plenário da Assembléia. A discussão foi solicitada pelo presidente Agostini e aprovada pelos demais integrantes da Mesa, em reunião ordinária nessa terça-feira (26).

Foram convidadas a participar da Audiência Pública entidades envolvidas com questões de terras e direitos indígenas como Funai, CNBB, Movimento de Defesa de Propriedade e Dignidade, Secretarias da Agricultura e Justiça e os prefeitos da região.

Comissão Representativa

A Presidência apresentou a relação dos parlamentares que formarão a Comissão Representativa do Poder durante o recesso de julho. São eles: Onofre Agostini (PFL), Gilmar Knaesel (PPB), Sandro Tarzan (PTB), Manoel Mota (PMDB), Odete de Jesus (PL), Francisco de Assis (PT), Ivo Konel (PMDB), Nelson Goetten (PPB), Joares Ponticelli (PPB), João Henrique Blasi (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB), Júlio Garcia (PFL), Cesar Souza (PFL), Ideli Salvati (PT) e Jaime Mantelli (PDT).

ESPECIAL

Gratuidade dos cursos a distância da Udesc

(foto Jonas Lemos Campos)

A educação a distância está em fase experimental no Brasil e é regida pelo Programa Nacional de Educação

Professores e alunos da Udesc lotaram as dependências do Plenário nesta segunda-feira (25), para debater a gratuidade dos cursos a distância daquela universidade, já que a proponente da audiência pública, deputada Ideli Salvatti (PT), tem recebido várias reclamações de professores que chegam a pagar de R\$ 120 a R\$ 150 mensais pela nova fórmula de capacitação.

A organização dos trabalhos coube à Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), e contou com a presença do



Mesa dos trabalhos

deputado Joares Ponticelli (PPB), líder do governo, da secretária de Educação, Mirian Schlikmann, e representantes da Udesc, da OAB, do Tribunal de Contas, do Sinte, do Conselho Estadual de Educação, de prefeitos e dirigentes municipais de educação.

O professor José Carlos Cechinel, da Udesc, explicou que o curso a distância de pedagogia, dirigido às séries iniciais e

proferido em apenas cinco universidades brasileiras, foi idealizado através de um convênio com as prefeituras municipais, sendo uma referência nacional e internacional.

Ideli questionou a legalidade da cobrança do curso numa entidade pública de ensino, enfatizando que há contratos diferenciados entre os municípios.

A Secretária de Educação frisou que o ensino a distância é uma forma aditiva de serviço prestado pela Udesc, e que não recebe recursos do governo estadual. Disse que a universidade não se preparou para o processo, mas que há formas de ampliar a gratuidade pois alguns municípios merecem tratamento diferenciado, em especial aqueles com Índice de Desenvolvimento Social (IDS) baixo e que, historicamente, não são beneficiados pelo salário-educação e Fundef. Lembrou que alguns professores aceitaram o contrato e pediram uma ajuda de custo, no que a Secretaria propôs a gratuidade para cinco alunos, professores da rede pública, em cada turma, informou Mirian Schlikmann.

Relatório da CPI vai ao MP

As conclusões e documentos resultantes da CPI da Sonegação encerrada nessa segunda-feira (25) foram enviadas à Procuradoria Geral de Justiça e ao Governo do Estado. Tratam-se do parecer final do relator da Comissão, deputado Ronaldo Benedit (PMDB), os adendos apresentados pela presidente Ideli Salvatti (PT) e pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB) e o relatório apresentado pelos deputados Nelson Goetten e Ivan Ranzolin, ambos do PPB. A decisão de enviar todos os documentos foi tomada pela Mesa Diretora que descartou a votação em plenário do relatório final de Benedit.

O próximo passo só poderá ser dado pelo Ministério Público, a quem caberá definir, após a análise da documentação, se é necessário ingressar com novos processos judiciais.

AL discute Semana Antidrogas

Por iniciativa do deputado Adelor Vieira (PMDB), a Assembléia realizou nessa segunda-feira (25) Sessão Solene para discutir a *Semana Antidrogas de Santa Catarina*. Representantes de entidades privadas e governamentais debateram as questões relacionadas com a repressão ao narcotráfico e a prevenção e recuperação dos usuários de substâncias entorpecentes.

A secretária adjunta da Educação, Simone Schram, revelou que o órgão está mantendo uma série de programas destinados à prevenção ao uso de drogas. Wilson Dotta, secretário adjunto da Segurança Pública, salientou que a repressão ao narcotráfico é a parte negativa da Pasta, sendo uma constante batalha que ainda não está ganha. Lembrou que a Assembléia, através da CPI do Narcotráfico, deu sua parcela de contribuição ao criar o Fórum Estadual Antidrogas e que a SSP estará implantando, a partir de julho, 10 divisões

especiais em todas as regiões do Estado para combater o crime organizado, em especial o tráfico de drogas.

Dória Ribas Marinho, representante da OAB, destacou que até há pouco tempo os recursos governamentais eram destinados exclusivamente à repressão. "Esta situação felizmente está mudando, porque agora este enfoque também foi direcionado à prevenção e a recuperação dos usuários de drogas", disse.

O presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, Genovêncio Mattos, comentou que a questão das drogas é um problema polivalente e multifacetado que atinge todas as camadas sociais, e que o Brasil já faz parte da rota do tráfico.

Adelor Vieira aproveitou a oportunidade para apresentar um projeto de lei que dispõe sobre o apoio técnico e financeiro do governo do Estado às comunidades terapêuticas que se dedicam à recuperação dos usuários em substâncias entorpecentes.

COMISSÕES

Regulamentação do transporte alternativo

Proprietários de vans reivindicam modernização da Lei de 1980 que trata das licenças para transporte

A Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Moacir Sompela (PMDB), autor do requerimento que pediu a audiência juntamente com o deputado Adelar Vieira (PMDB), voltou a se reunir nesta terça-feira (26), para discutir o impasse entre cooperativas de transporte alternativo e o Deter, já que o órgão público autoriza o serviço apenas para turismo e não para fretamento, reivindicação de proprietários de vans de diversas regiões do Estado.

Acompanharam o debate o diretor-geral do DER, Edgar Roman, o superintendente da PRF, Paulo Coelho Pinto, o representante das empresas de transporte coletivo, João Silveira, e os deputados Gelson Sorgato (PMDB), Jaime Mantelli (PDT) e Valmir Comin (PPB).

Cooperados acusaram a autarquia de ferir o Decreto Lei 12.601, de 1980, que trata das licenças para transporte, retendo as vans nas rodovias por motivos diferentes que não o de segurança dos passageiros. Eles pediram também a adequação da lei, modernizando-a, pois as vans começaram a circular apenas em 1992.

Os parlamentares defenderam a democratização na concessão de licença para transporte, e Brusa informou que Tiscoski pediu ao Governador a revisão da legislação para contemplar a reivindicação dos cooperados.

Projeto busca regulamentar serviço

O deputado Clésio Salvaro (PFL), com o respaldo de mais 25 deputados, apresentou ainda esta semana, projeto de lei que regulamenta o serviço de transporte de passageiros sob o regime de fretamento, realização de viagens especiais e/ou viagens sem caráter de linha.

Esse tipo de serviço não estava beneficiado pela legislação, datada de 1980, e a propositura foi apresentada em virtude de constantes demandas judiciais de empresas concessionárias querendo o resguardo de suas concessões e as cooperativas

fazendo valer o direito do trabalho e livre iniciativa, explica o deputado.

De modo algum, o projeto vai atrapalhar as empresas concessionárias e sim garantir o emprego de muitos cooperados, justifica Salvaro. "É preciso que o Executivo e o Deter, atuem efetivamente no sentido de implementar, controlar e fiscalizar o serviço público na respectiva esfera de competência, propiciando à população usuária um meio de locomoção regular e condizentes com a realidade atual, que exige deslocamentos intensos e rápidos", observa.

Saúde Mental recebe relatório da Secretaria da Saúde

A equipe de técnicos comandada pelo médico Marcos Zaleski, coordenador de saúde mental da Secretaria de Saúde, entregou à Comissão Especial Externa (CEE) de Saúde Mental, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), um relatório contendo as informações sobre o setor no Estado, estrutura dos hospitais, carências e proposições para aperfeiçoar o atendimento. Duarte vai pedir, em Plenário, a prorrogação dos trabalhos por 30 dias para apresentação do parecer do relator, deputado Volnei Morastoni (PT).

Para estimular o trabalho em saúde mental, Zaleski defendeu não só a criação de novos serviços substitutivos, como os núcleos e centros de atenção psicossocial (Naps e Caps), mas a formação de profissionais e salários justos. Também foi

citada a prevenção, com a participação de áreas alternativas como a educação física. Os parlamentares enaltecem o levantamento dos técnicos e compartilharam da preocupação com o Hospital de Custódia de Florianópolis, anexo à Penitenciária, que apresenta problemas graves no trato com os pacientes.

Morastoni adiantou que vai juntar as informações colhidas no seminário, nas visitas e no levantamento da secretaria para elaborar o relatório final, ressaltando a necessidade de realização de uma audiência pública para elaborar propostas para uma política estadual de saúde mental. O parlamentar falou ainda da reorganização do SUS com a municipalização dos serviços de saúde mental, o que envolveria também os agentes comunitários de saúde.

CPE do Porto de Imbituba

A Comissão Parlamentar que examina a situação do Porto de Imbituba reuniu-se com o administrador do porto, Gilberto Barreto Pereira, com a participação dos vereadores Valdir Rodrigues, Dorlin Júnior e José Roberto Martins, todos de Imbituba.

O administrador relatou ao presidente da comissão, deputado João Henrique Blasi (PMDB) e ao deputado José Paulo Serafim (PT), as ações e os investimentos que estão sendo feitos visando a recuperação física e estrutural do porto. Segundo ele, a assinatura de novos contratos comerciais nos próximos meses vai permitir a dinamização portuária e a

implantação de um novo terminal de contêineres. Ele acrescentou ainda que o ideal seria a municipalização após o término da concessão federal, que expira em 2012. Atualmente a Companhia Docas de Imbituba é quem administra o porto.

Blasi cobrou do administrador a remessa de um documento com todas as informações acerca da atual situação financeira e administrativa do porto. Ele confirmou que o próximo passo da comissão será uma reunião com os integrantes do movimento pró-municipalização e uma visita às instalações do porto.

PLENÁRIO

Programa Popular Habitacional Rural

Aprovado projeto de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS) que institui o Programa Popular Habitacional Rural, com o objetivo de construir casas populares no meio rural. Serão beneficiários do programa pequenos agricultores que residem na terra, sendo que poderá ser implantada a edificação de vilas rurais para trabalhadores não proprietários, mediante financiamento de casas e glebas de terreno. A coordenação ficará por conta da Secretaria de Agricultura, Cohab e outras entidades governamentais e não-governamentais interessadas.

Violência nas Escolas – Também de Duarte o projeto que institui o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para a Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino. Entre os objetivos do programa está o desenvolvimento de ações educativas e de

valorização da vida, dirigidas a crianças, adolescentes e comunidade em geral.

Publicidade e reclamações – Do mesmo autor projetos que disciplinam a publicidade e a propaganda dos atos, programas, obras ou serviços e campanhas do governo do Estado e as reclamações relativas à prestação de serviços públicos, que poderão ser formuladas por qualquer usuário ante a ocorrência ou iminência de descumprimento de lei, contrato ou de lesão a direito próprio ou de terceiros.

Receitas - A partir de agora a expedição de receitas médicas e odontológicas deverá ser datilografada ou impressa em computador, nos postos e hospitais da rede pública. Segundo Duarte o objetivo é facilitar a leitura e a venda de medicamentos, evitando que ocorram trocas que possam comprometer a saúde do paciente.

Municípios recebem títulos

Para enfatizar as potencialidades e serviços preferenciais prestados por municípios catarinenses, foram aprovados vários projetos.

De autoria do deputado Jaime Mantelli (PDT) conferindo ao município de Canoinhas o título de *Capital Catarinense dos Doadores de Sangue*; do deputado Romildo Titon (PMDB) projeto que declara Fraiburgo a *Capital Catarinense da Maçã* e de Ivan Ranzolin (PPB) denomina Bom Jardim da Serra como *Capital Catarinense das Águas*.

Por iniciativa do deputado Romildo Titon (PMDB) declarando Campos Novos, que é o maior produtor de grãos do Estado, como *Celeiro Catarinense* e do líder do PSDB, deputado Jorginho Mello (PSDB), reconhecendo Ponte Serrada como *Capital Catarinense da Erva Mate* e Catanduvas como a *Capital Catarinense do Chimarrão*.

Deficiência auditiva

De agora em diante hospitais e maternidades públicas e as particulares, subvencionadas pelo Estado, estão obrigados a realizar gratuitamente testes para o diagnóstico precoce da deficiência auditiva em todos os recém-nascidos em Santa Catarina. Projeto de lei elaborado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), foi aprovado nesta semana.

O parlamentar explica sua proposição dizendo que “o diagnóstico precoce possibilita à criança deficiente o recebimento de educação que melhor a capacitará para o seu aprendizado. Além disso, ajudará na integração da criança à sociedade e futuro mercado de trabalho”.

Acuidade – Buscando ainda acuidade auditiva, foi aprovado projeto de lei do deputado Adelor Vieira (PMDB), que obriga a realização de testes para os estudantes de 1º grau nas escolas da rede pública estadual de ensino, com o objetivo de detectar possíveis deficiências prejudiciais ao seu pleno desenvolvimento.

Prioridade para relatórios de CPIs no MP

Aprovado projeto de lei do deputado Rogério Mendonça (PMDB) determinando que os relatórios finais das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) da Assembleia, encaminhados ao Ministério Público (MP), tenham prioridade daquele órgão na continuação das investigações, deixando outros processos para serem analisados posteriormente.

Vestibulares - Do mesmo autor aprovada lei que obriga a promoção dos vestibulares aos cursos de graduação realizados pela Udesc, em datas coincidentes com os vestibulares da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Segundo o projeto, a Udesc reservará

50% das vagas oferecidas nos cursos de graduação aos candidatos inscritos e selecionados pelo Sistema de Avaliação do Ensino Médio (Saem), promovido pela Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe).

Trânsito e Epagri - Aprovado também projetos de Mendonça estabelecendo a obrigatoriedade de uso de faróis baixos ligados pelos veículos automotores em trânsito nas rodovias estaduais de Santa Catarina e autorizando o Executivo a realizar despesas para contribuição previdenciária complementar dos empregados da Epagri à Fundação de Seguridade Social (Ceres).

Eliminador de ar

Aprovado projeto de lei do deputado Sandro Tarzan (PTB) que determina que a Casan, mediante solicitação, instalará junto ao hidrômetro do consumidor final dispositivo eliminador de ar da tubulação de fornecimento de água. O parlamentar argumenta que a falta de água no interior dos canos condutores de água produz bolsões de ar, que chegam aos hidrômetros

das residências e aumentam o consumo mensal dos consumidores.

Bolsa para pós-graduação - Ainda de Tarzan projeto que concede bolsa de estudo de pós-graduação, em nível de especialização e mestrado, aos acadêmicos da Udesc e das fundações educacionais instituídas por lei municipal.

PLENÁRIO

Cirurgia de Catarata

Aprovado *Programa Catarinense de Incentivos à realização de Mutirões para diagnóstico e Cirurgia de Catarata*. De autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), denominado Mutirão Pró-Visão tem por objetivos diagnosticar a existência da doença em pessoas com idade superior a 50 anos, encaminhando-as para a realização da cirurgia em hospitais conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS, sem despesas para o paciente.

Censo Penitenciário

Projeto da deputada Odete de Jesus (PL) determina que o Executivo promova a cada quatro anos a realização do Censo Penitenciário no Estado, visando fazer levantamento da vida carcerária dos detentos quanto às condições de acomodação, higiene, saúde, alimentação, acompanhamento médico clínico-psicológico e acompanhamentos processuais.

Cidadão Catarinense

De autoria do deputado Paulo Bornhausen (PFL), concedido o título de cidadão catarinense a Eliseu Lemos Padilha, ministro dos Transportes pelos relevantes serviços prestado a Santa Catarina, especialmente quando passou do Rio de Janeiro para Itajaí a construção de dois grandes navios, recuperando um estaleiro naquela cidade e proporcionando um número significativo de novos empregos.

Luz e de água

Interrupção do fornecimento de energia elétrica e de água e esgoto sem notificação prévia ao consumidor não poderá mais ser feita. O projeto é do deputado Gelson Sorgato (PMDB), que determina que o aviso deverá ser feito com cinco dias de antecedência. O não cumprimento implicará na imediata retomada da prestação do serviço ou fornecimento e pagamento de multa de 1 a 10 mil Ufir.

Receitas tributárias

Passa a ser obrigatória a divulgação, por meio telemático, das receitas tributárias e execução orçamentária dos órgãos públicos estaduais segundo projeto do deputado Afrânio Boppré (PT).

Conselho Estadual de Gestão Fiscal

De origem governamental, aprovado projeto que cria o Conselho Estadual de Gestão Fiscal, vinculado ao gabinete do Governador. O Conselho será constituído de representantes dos Poderes do Estado, do Ministério Público Estadual e de entidades técnicas da sociedade e objetiva disseminar práticas de eficiência na alocação e execução do gasto público na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal.

Desvinculação do PASEP – Também do Executivo, aprovado projeto determinando que os órgãos da Administração Direta, autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas do Estado ficarão desvinculadas do Programa de For-

mação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Comcap – Outro projeto aprovado autoriza o chefe do Poder Executivo a transferir, como doação para Florianópolis, ações da Comcap, sendo a maior parte de propriedade da Codesc, e as demais pertencentes ao Estado.

Bolsas de estudo – Projeto aprovado destina 20% dos recursos para bolsas de estudo a professores da rede pública, por ordem estadual e municipal, matriculados nos cursos de licenciatura em física, matemática, química, biologia, artes, português, inglês, geografia e história.

Ruído de veículos em uso – Ainda do executivo aprovado o Programa de Inspeção de Emissões e Ruído de Veículos em uso no Estado.

Proteção à testemunha

Projeto de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), que institui o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas de Violência e a Testemunhas Ameaçadas em Santa Catarina (Protege/SC). O programa levará em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção de provas.

Segurança

Do deputado João Rosa (PTB) o projeto de lei que trata da obrigatoriedade de fixação de placas indicativas nos imóveis e em outros ambientes onde vivam cachorros, de forma permanente ou eventual, informando a sua existência.

Colunista Social

Fica instituído o dia 1º de junho como *Dia do Colunista Social*, data comemorativa aos profissionais do colunismo social em Santa Catarina. A iniciativa, segundo o autor, deputado Jorginho Mello (PSDB), é para enaltecer o trabalho do colunista que conseguiu congrega valores sociais de Norte a Sul do Brasil, divulgando nosso Estado e mostrando sua gente e seus valores.

Telefonia fixa

Do deputado Altair Guidi (PPB) projeto que determina que as empresas de telefonia fixa do Estado ficam obrigadas a cobrar a assinatura mensal desde que permitam ao consumidor um desconto correspondente ao uso dos serviços. O valor da assinatura não poderá ser superior ao cobrado na fatura referente ao mês de novembro de 2000, acrescido dos índices oficiais de inflação.

Região Metropolitana

Projeto de lei complementar do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), alterou a Lei Complementar nº 162/98, que instituiu as regiões metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste do Estado. A proposta tem como objetivo incluir Criciúma como uma das cidades-pólo do programa.

Solo urbano

Aprovado projeto de lei do deputado Gilmar Knaesel (PPB), que ao adequar a Lei de Parcelamento do Solo Urbano permite a ocupação do solo em áreas com declividade igual ou superior a 30% se atendidas exigências específicas de autoridades competentes. Esta adequação se revela mais necessária nos municípios que possuem Plano Diretor, que muitas vezes conflita com as leis ambientais do Estado.

GERAL

Sessão Solene comemora os 40 anos do BRDE

Em SC o BRDE apóia a suinocultura, a criação de aves, o complexo metal-mecânico, as indústrias moveleira, cerâmica e têxtil, a fruticultura e a hotelaria.

Atendendo requerimento dos deputados Lício Mauro da Silveira (PPB) e Sandro Tarzan (PTB), a Assembléia promoveu nesta semana uma Sessão Solene para homenagear o 40º aniversário de fundação do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE).

A história teve início no dia 15 de junho de 1961 quando os então governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, criaram o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) e o seu respectivo agente financeiro, o BRDE.

Segundo Lício, no final da década de 50 e início dos anos 60 a industrialização do país estava concentrada no eixo Rio-São Paulo e a região Sul ressentia-se de um plano integrado para conseguir recursos para financiamento da produção. A partir



(foto Jonas Lemos Campos)

Pronunciamento de Sandro Tarzan

daí nasceu o BRDE, que pode orgulhar-se de ter participado da transformação da economia dos três estados que hoje respondem por 20% do PIB e das exportações brasileiras.

Tarzan lembrou que, com suas linhas de crédito de juros baixos e longo prazo de amortização e carência, o banco apoiou 43 mil projetos e contribuiu para gerar 1,7 milhão de empregos diretos, possuindo 19 mil clientes atendidos com R\$ 48,2 bilhões em financiamentos e investimentos.

Mercosul no Chile

A Comissão de Integração ao Mercosul, presidida pelo deputado Ivan Ranzolin (PPB), reunida nessa quarta-feira (27) definiu os nomes dos convidados que irão participar no Chile do I Fórum do Corredor Bio-oceânico do Mercosul, programado para os dias 26 e 27 de julho. O evento visa principalmente oficializar a participação do Parlamento chileno na União dos Parlamentares do Mercosul, e a expectativa é de que o presidente Ricardo Lagos anuncie oficialmente a integração do Chile ao bloco.

O Fórum vai discutir, entre outros assuntos, a integração política dos países que participam atualmente do Mercosul, infra-estrutura e ordenamento territorial, além das experiências do Corredor Bio-oceânico. Estarão presentes para debater estas questões ex-presidentes do Chile e Uruguai, ministros de estado e parlamentares de pelo menos cinco países.

Ficou acertado durante a reunião que Santa Catarina vai levar para o evento, além dos parlamentares da Assembléia, representantes da Fiesc, Santur, que apresentará uma painel sobre as potencialidades turísticas de Santa Catarina, e uma equipe da Epagri, que vai conhecer

Escola do Legislativo em Ciclo de Debates

Prossegue nessa quinta e sexta-feira, respectivamente, em Rio do Sul e Blumenau, o I Ciclo de Debates do Legislativo Municipal, promovido pela Escola do Legislativo. O evento é direcionado a vereadores e funcionários das câmaras e tem o objetivo de oferecer informações básicas sobre temas específicos do cotidiano do Poder Legislativo, explica o deputado Gilmar Knaesel (PPB), presidente da Escola.

Além de apresentar noções técnicas sobre os trabalhos do dia-a-dia, estão sendo discutido nos encontros assuntos como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que no momento está sendo trabalhada pelas câmaras e assembléias em todo Brasil. A

de perto a tecnologia utilizada pelos chilenos nos setores de vindimas e vinícolas.

A comitiva parlamentar será formada pelos deputados Ivan Ranzolin (PPB), Moacir Sopelsa (PMDB), Heitor Sché (PFL), Jaime Duarte (PPS), Jaime Mantelli (PDT), João Rosa (PTB), Milton Sander (PPB), Ronaldo Benedet (PMDB) e Joares Ponticelli (PPB).

Interlegis, rede nacional que integra através da Internet as Câmaras de Vereadores, Assembléias, Câmara de Deputados e o Senado, também é assunto no ciclo de debates. O objetivo é ensinar a integrar a rede e tirar o melhor proveito possível da Interlegis, estreitando a distância entre os municípios e as demais instâncias da administração e do Poder Legislativo em todo país.

Desde o início do mês de junho, a Escola já esteve em municípios-pólo das regiões do Vale do Rio do Peixe, Oeste, Norte, Nordeste, Grande Florianópolis, Planalto Serrano e Sul.

O êxito do projeto já pode ser comprovado pelas solicitações que chegam de municípios que querem ser sede do Ciclo de Debates, a exemplo de São Joaquim, onde será realizado no próximo dia 12, e Turvo, Tubarão e Porto União a serem agendados para o próximo mês de agosto.

Chapecó e Lages, cidades que já sediaram o encontro, manifestaram através da presidência de suas Câmaras de Vereadores à disposição de realizá-lo novamente com oficinas práticas. Lages será atendida no próximo dia 6.